

## ORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DOS POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves<sup>1</sup>  
Luana da Silva Ribeiro<sup>2</sup>  
Ana Paula Palheta Melo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho toma como base as referências teóricas adotadas nas pesquisas intituladas: Sustentabilidade das Práticas em Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara em Manaus-AM e Sujeitos & Territórios Tradicionais na Amazônia, ambas em andamento e financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O artigo apresenta um apanhado relativo ao debate teórico sobre o manejo dos recursos naturais pelos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Nesta perspectiva, o estudo demarca as particularidades e singularidades da sociobiodiversidade no âmbito do Bioma Amazônico, especificamente abordando às formas de vida e de organização sociocultural dos povos tradicionais no universo das comunidades locais. Cujo enfoque principal centra-se no destaque à sociobiodiversidade destes povos que são formados por ribeirinhos, varzeiros, pescadores, extrativistas, quilombolas e outros, que entabulam formas complexas na sua dinâmica de manejo dos recursos locais, em seus territórios, nas comunidades tradicionais priorizando a continuidade e sobrevivência dos seus grupos doméstico familiar. No seu modo de vida peculiar, estabelecem intercâmbio profundo e repleto de significados com a natureza e seus ciclos, na organização de uma estrutura de produção baseada em técnicas simples, ordenando a divisão do trabalho no grupo familiar que caracteriza formas de trabalho coletivo comunitário. Estas práticas, permitem uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações, como forma de perpetuar a identidade dos grupos amazônidas.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Tradicionais; Sociobiodiversidade; Cultura.

## SOCIOCULTURAL ORGANIZATION OF TRADITIONAL PEOPLES OF THE AMAZON

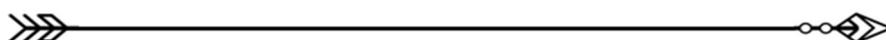
**ABSTRACT:** This work is based on the theoretical references adopted in the research projects titled 'Sustainability of Practices in Riparian Communities of Puraquequara in Manaus-AM' and 'Subjects & Traditional Territories in the Amazon,' both ongoing and funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The article provides an overview related to the theoretical debate on the management of natural resources by traditional peoples and communities in the Amazon. In this perspective, the study outlines the particularities and singularities of sociobiodiversity within the Amazon Biome, specifically addressing the ways of life and sociocultural organization of traditional peoples in the realm of local communities. The main focus is on highlighting the socio biodiversity of these peoples, including riparian inhabitants, small-scale farmers, fishers, extractivists, quilombolas, and others, who engage in complex forms in their management of local resources within their territories. Traditional communities prioritize the continuity and survival of their domestic family groups. In their unique way of life, they establish a deep and meaningful exchange with nature and its cycles, organizing a production structure based on simple techniques and coordinating the division of labor within the family group, characterized by forms of communal collective work. These practices enable a constant transmission of knowledge across generations, serving as a means to perpetuate the identity of Amazonian groups.

**KEY-WORDS:** Greening; African Commission and Human and Peoples Rights; Multiculturalism; Environmental Justice.

<sup>1</sup> Doutora em Política Científica e Tecnológica. E-mail: [socorro.chaves@outlook.pt](mailto:socorro.chaves@outlook.pt)

<sup>2</sup> Especialista em Direito e Proteção Social. E-mail: [luanaribeiroseeso@gmail.com](mailto:luanaribeiroseeso@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social. E-mail: [anapaulapalhetamelo@gmail.com](mailto:anapaulapalhetamelo@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Ao lançar um olhar analítico crítico sobre o cenário contemporâneo é coerente afirmar que predomina um acentuado grau de aprofundamento e de complexidade dos problemas que permeiam os modelos de desenvolvimento em vigor, que em suas diversas expressões denotam contradições e limites internos ao modo de produção e consumo na sociedade capitalista. Os processos de degradação ambiental, desintegração cultural e social resultam do acelerado e intensivo processo de desenvolvimento da sociedade urbana-industrial, agravado pela globalização da economia e pelo perfil neoliberal assumido pelo Estado, que configuram, sob todos os pontos de vista, um ônus de insustentabilidade, demarcando na cena contemporânea o signo de uma crise humanitária.

Em face ao panorama vigente no plano da sociedade contemporânea, duas ordens de desafios se interpõem de modo urgente e indissociável: a caminhada em direção à construção de novas formas societárias; a valorização e conservação das sociedades, ditas tradicionais, que adotam modelos de relacionamento homem-natureza, em níveis menos conflituosos e mais harmoniosos.

No contexto do debate sobre as formas de organização social, de corte tradicional, que se diferenciam, em sua ordem societal, da lógica de produção e consumo da sociedade capitalista, depara-se com a premente necessidade de ampliação e aprofundamento da discussão sobre as formas de organização dos povos tradicionais na Amazônia. Nesta empreitada constata-se que os estudos sobre populações tradicionais, em sua maioria, são realizados na área de Antropologia (Cultural e Indígena), contudo, desde meados do século XX passou a espriar-se pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Assim, institui-se um grande desafio em face à realidade que vigora na cena amazônica, ou seja, o extenso conjunto de povos tradicionais. Ao longo de sua trajetória histórica a Amazônia segue sendo foco de variadas interpretações e interesses diversos, políticas variadas, e não raro contrapostas aos interesses e necessidades de sua gente e das peculiaridades das culturas locais. Assim, os múltiplos olhares sobre sua realidade, ou pelas representações que dela fazem, a região desafia os diferentes segmentos da sociedade para assumirem o compromisso ético político ao debater alternativas de desenvolvimento sob novos parâmetros que mudem os destinos de saque e destruição sociocultural e ambiental praticados até o presente.



A Amazônia por sua sociobiodiversidade, embora seja um impávido colosso de riquezas, em seu âmago prevalecem inúmeros dilemas e desafios, oriundos do processo histórico de ocupação. Ao longo da história, as marcas indelévels da colonização foram sendo agravadas pela força das políticas de integração. Estas impuseram à região uma modernidade devassadora, que afeta o cerne das formas de organização socioculturais tradicionais. E, por fim, vive-se uma globalização que desintegra as culturas e aprofunda a pauperização de extensos segmentos locais.

A Amazônia abriga uma diversidade de povos tradicionais, cuja formação multicultural foi historicamente constituída a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região e que geraram alterações drásticas às relações homem-natureza, por incidirem sobre os liames da cultura dos povos da Amazônia. O debate sobre a organização sociocultural e política das populações ribeirinhas na Amazônia busca balizar os marcos de discussão na pesquisa, ensino e extensão universitária, bem como, as práticas institucionais de viabilização das políticas públicas. Tal discussão alcança relevância acadêmico-científico, tendo em vista a necessidade de ampliar os estudos sobre as referidas populações, assim como os referenciais teóricos práticos que possibilitem uma leitura e subsidiem uma intervenção mais coerente com as necessidades e interesses desses agentes sociais. Tal esforço cria condições favoráveis para contribuir no combate em relação às condições de risco socioambiental e caminhar na direção de alcançar o reconhecimento de seu papel de protagonistas que são.

## **COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS, PANORAMA DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

O debate sobre as comunidades tradicionais ganhou destaque no contexto mundial a partir da criação das áreas protegidas e a dinâmica dos povos tradicionais na manutenção e conservação da biodiversidade. Assim, Diegues (2008) aponta que o modelo de criação de áreas protegidas que advém dos Estados Unidos por volta do século XIX com o parque nacional de Yellowstone. E através disso, torna-se referência para as políticas conservacionistas para os países de Terceiro Mundo. Que pressupõe uma ideologia na qual o homem é visto como destruidor da natureza e dessa forma os americanos preservacionistas estabelecem uma estratégia de criação de “ilhas”, um espaço criado para o homem que vive na cidade apreciar as belezas, uma paisagem natural constituída como propriedade, espaços públicos. Neste modelo, que não inclui o homem, a noção da relação homem e natureza



associa-se a um tipo de naturalismo, que Moscovici (1974 apud Diegues 2008) conceitua como naturalismo reativo.

Por sua vez, marcados por conflitos na realidade dos países tropicais, pela impregnação dos neomitos no pensamento racional, ou mito da natureza selvagem intocada, como se a proteção da natureza necessitasse dessa ideologia. No entanto, as [...] “florestas são habitadas por populações indígenas ou grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais”. [...] (DIEGUES, 2008, p.15). Pois, o conhecimento adquirido sobre o mundo natural pode impulsionar a criação de vários sistemas de manejo da fauna e flora, com capacidade de proteger, conservar e potencializar a diversidade biológica. Nesse sentido, a diversidade sociocultural é marcada por séculos de existência, no que tange ao manejo dos recursos naturais, garantindo a diversidade biológica.

Diegues (2008) afirma que os países subdesenvolvidos são marcados pela existência dos povos tradicionais e originários que possuem formas históricas de uso dos recursos naturais. Tendo em vista que a maioria das florestas tropicais, ecossistemas que não foram destruídos pelo capitalismo. Pois, na maior parte são habitadas por grupos, povos indígenas, sociedades extrativistas, ribeirinhos. Assim, o Diegues (2008, p. 81) assevera que:

Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista.

Neste artigo considera-se que as culturas tradicionais possuem relação laboral não-capitalistas, nas quais o resultado trabalho não é uma mercadoria, pois, as práticas comunitárias não atuam sob o assalariamento da força de trabalho, mas a partir de uma gestão dos recursos naturais respeitando os ciclos da natureza, sem que haja uma dependência da lógica do mercado. Em vista disso, há um elemento crucial que permeia as práticas das populações tradicionais que é o delineamento dos domínios territoriais, na qual se compreende como uma porção da natureza e espaço para reprodução econômica, social e as relações sociais, em seus fundamentos culturais, orientado pelas representações, mitos e símbolos, modos de vida.

Nesta perspectiva, as comunidades tradicionais possuem uma organização social, política e cultural que são singulares, desde a relação homem natureza voltada para subsistência e proteção da biodiversidade. Tendo em vista, os conhecimentos herdados por



geração, representações culturais, que influenciam nos modos de vida, e organização. (DIEGUES, 2008).

A relação das populações tradicionais com a biodiversidade começou a ganhar visibilidade no documento chamado Estratégia Mundial para a Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN (1980). Na qual foi apresentado os objetivos básicos para a conservação, que consiste na manutenção, preservação, e uso dos recursos naturais e espécies de modo sustentável. E somente a partir de 1988, a UICN (1980) iniciou a discussão em torno da manutenção da diversidade de espécies, ecossistemas e a diversidade sociocultural, demarcando a importância do conhecimento tradicional das populações locais.

Nesse sentido, Diegues (2008, p.07) destaca a importância no que se refere [...] “as populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo”. E partir dessa conceituação acerca de sua relevância, que o marco legal no Brasil, através do tratado internacional da ONU, em meio a conferência da ECO-92 foi afirmado. (RODRIGUES, 2015). De acordo com a Convenção da Diversidade Biológica – CDB (BRASIL, 1992):

A biodiversidade é definida pela Convenção sobre a Diversidade Biológica como ‘a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas’.

Assim, entende-se que biodiversidade envolve um conjunto e variabilidade dos seres vivos, composta pelos animais terrestres, a marinha, e tantas outras complexidades ecológicas. A diversidade biológica atravessa o mundo natural, sendo também composta pelo social e cultural. Segundo Diegues (1999), a biodiversidade não resulta unívoca, como produto da natureza sem a presença do ser humano, pois, este também é um resultado das ações humanas baseado nas culturas tradicionais. Conquanto, sejam fruto das formas de gestão das práticas socioculturais desenvolvidas pelos povos tradicionais que contribuem para manutenção e conservação da biodiversidade. Como afirma Diegues, (1996 apud Rodrigues, 2015, p. 46):

(...) as práticas de ajuda mútua, os trabalhos intragrupo, constituem-se em práticas importantes no cotidiano das populações tradicionais. Nestas sociedades, diversos estudos apontam para a existência de uma simbiose homem – natureza. “[...] tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico.



Vale enfatizar que como fruto da organização coletiva registram-se muitas lutas e formas de resistência o Decreto nº 6.040/2007 aponta uma síntese sobre os povos e Comunidade Tradicionais no Brasil:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007).

Dessa forma a relação homem e natureza é mediada pela cultura, que deriva da consciência coletiva dos grupos sociais, cujas experiências acumuladas ao longo de gerações sobre a sociobiodiversidade local.

## **SOCIOBIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA, OS POVOS TRADICIONAIS**

No cenário da Amazônia a relação natureza, cultura e identidade são constituídos por elementos novos e velhos. Pois, os povos e comunidades tradicionais possuem formas próprias de organização social expressando suas territorialidades específicas, isto é, as práticas e o *modus vivendi* em todo o território com forte orientação da cultura ancestral.

O modo de vida nas comunidades ribeirinhas é profundamente enraizado nas margens dos rios, destacando-se pela preservação de tradições culturais sólidas e uma profunda conexão com os ecossistemas que abrangem tanto as terras altas, as terras alagáveis (várzea) quanto as áreas ribeirinhas do Rio Amazonas. De acordo com Scherer (2004), o marcante desse estilo de vida é a interação destes povos com as flutuações do rio, particularmente durante o período da cheia, quando as zonas baixas são amplamente afetadas.

Os povos tradicionais amazônidas, em sua sociobiodiversidade, que compreende ribeirinhos, varzeiros, pescadores, extrativistas, quilombolas e outros, entabulam formas complexas na sua dinâmica de manejo dos recursos locais, em seus territórios, seja primordialmente para a sobrevivência dos seus grupos doméstico familiar, seja para comercializar um parcela que excede do usufruto de seu grupo para efetuar trocas com outras comunidades ou para comercializar com os regatões (barcos) que fazem a distribuição para os centros urbanos da região. (CHAVES, 2013; 2001)

Os povos que compõem o cenário da região Norte apresentam uma ampla diversidade cultural, adotam linguagem marcada pela cultura cabocla em seus contextos de



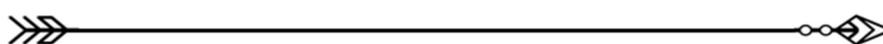
vida nas comunidades localizadas às margens dos rios e seus tributários (braços de rios, lagos e igarapés), outras situadas em áreas de várzea (igapós) que mudam de acordo com os ciclos das águas (cheias, vazante, seca e enchente). Nas terras altas, chamadas de terra firme, habitam outros agrupamentos também organizados em comunidades. Estas variam em tamanhos, predominando as de pequeno porte, formadas por famílias extensas. (CHAVES, 2013; 2001)

Alguns estudos (CHAVES, 2001; 2013; LIMA, 2004) indicam que os povos ribeirinhos adotam valores direcionados por suas tradições culturais, cujo estilo de vida é mantido a partir da organização de suas atividades laborais de manejo dos recursos locais, orientados por seus conhecimentos cujas tradições servem como ensinamentos que permitem a manutenção de suas heranças vivas.

Todavia, estes povos padecem os agravos gerados pelas desigualdades sociais vigentes, pois enfrentam a desinformação em relação aos seus direitos, além das dificuldades para ter acesso às políticas públicas e sociais, mesmo com a organização existente na comunidade. Batista (2001) discorre sobre as transformações geradas pelo sistema capitalista que provocam rupturas e impactos na dinâmica cultural, que impõem condições para serem atendidos, sob o pretexto de “direitos e deveres”, que incidem em mudanças em suas práticas de manejo dos seus recursos naturais. Algumas comunidades aceitam a sujeição pela necessidade de ter acesso aos bens e serviços básicos vinculados ao sistema capitalista. Embora, estes povos lutem cotidianamente para manter sua cultura, identidade e aos elementos simbólicos de sua história, mantendo suas tradições e conhecimentos tradicionais, conforme expõe a autora:

Na Amazônia os ribeirinhos tentam preservar sua cultura de uso, apesar da desestruturação provocada pelo capital, como ocorreu e ocorre em várias regiões brasileiras. Para isto, encontra no potencial capacidade mobilizadora de seus moradores e sob o apelo dos vínculos familiares habilidade para ressignificar a exploração dos recursos naturais e preservar sua cultura partícula de vida. (BATISTA, 2001, p. 02)

Segundo Chaves (2001), os povos tradicionais da Amazônia possuem uma relação profunda e ancestral com a região onde vivem, baseada em conhecimentos tradicionais e em práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, mantêm sua sobrevivência com os recursos manejados na natureza. Outrossim, no domínio das demarcações territoriais das comunidades, estes povos executam diversas atividades como a pesca, o extrativismo (vegetal), cultivo e artesanato.

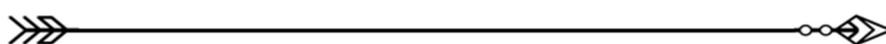


É importante destacar a necessidade de políticas públicas específicas para os povos tradicionais, considerando suas particularidades culturais, sociais e territoriais. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, em sua obra "A Inconstância da Alma Selvagem" (2002) destaca que os povos tradicionais são dotados de um modo de vida singular, baseado em uma relação íntima com a natureza e um profundo respeito aos ciclos naturais. Essa forma de viver se reflete em suas práticas cotidianas, conhecimentos ancestrais e sistemas de organização social, tornando-os diferentes dos demais grupos sociais.

A cultura que ordena as formas de usufruto da natureza pelo povo ribeirinho, sem destruir pelo contrário na prática de manejo sustentável torna-se muito importante, pois são conhecimentos práticos que os fazem ter acesso a uma diversidade de alimentos, de remédios naturais, das plantas que conseguem ter pelos recursos naturais. Para Santilli (2005), o manejo dos recursos naturais, os métodos de cultivar as plantações, pesca e caça, os seus conhecimentos sobre técnicas importantes para a preservação do ecossistema dentro de suas organizações, categoriza a classificação de espécies de flora e fauna. As múltiplas faces dos seus conhecimentos ordenam a própria organização destes povos: são com crenças o "mágico, ritual, e enfim, o simbólico" (CASTRO, 2000, p. 167), que determina uma conexão da vida social e econômica com a diversidade regional.

A natureza é frequentemente percebida como um "recurso natural" que podemos explorar sem consideração pelos seus limites. De acordo com Martins (2016), essa visão da natureza como uma propriedade do ser humano muitas vezes resulta em um uso indiscriminado, sem consciência de consumo. No entanto, é crucial reconhecer que a relação sociedade natureza deve ser baseada na compreensão de sua importância e na consciência de interdependência, um exemplo dessa interdependência pode ser observado nas práticas dos povos tradicionais e sua relação intrínseca com a natureza. Segundo Chaves (2013), a relação com a natureza molda o modo de vida tradicional amazônica, pois de acordo com os recursos naturais disponíveis para garantir sua sobrevivência não se limitam apenas à subsistência, mas também à construção de uma cultura profundamente enraizada em sua ligação com os ecossistemas regionais.

Estes povos adaptaram suas moradias (tapiris) e seu estilo de vida de acordo com as condições naturais, presentes em seus territórios, sem depredar, mas demonstrando uma interpretação profunda das particularidades de seus limites e recursos naturais. Portanto, a conservação dos territórios dos povos tradicionais é fundamental para a preservação de seu modo de vida e costumes. Cujos conhecimentos são valiosos instrumentais para tratar a



natureza. Rocha (2015) apresenta uma reflexão importante sobre o papel crucial que os saberes desempenham na gestão sustentável dos recursos naturais e na manutenção do equilíbrio entre a comunidade e seu ambiente, ao afirmar que:

A relação que os povos e comunidades tradicionais mantêm com seus territórios, vivenciando-os como parte integrante da sua cultura, história, memória, tradições, também é manifestada na forma como lidam com o processo produtivo. Há toda uma subordinação da atividade econômica às atividades sociais e culturais. Não podem ser dissociadas (ROCHA *apud* FAVILLA, 2015, p. 62). Portanto, é evidente que a relação dos ribeirinhos com a natureza é profundamente enraizada na compreensão, respeito e interdependência, destacando a importância de uma abordagem mais consciente e sustentável na relação com o meio ambiente.

Para Lira e Chaves (2016); Lima (2004), os povos tradicionais na Amazônia possuem suas singularidades e particularidade em cada cultura, o estilo de vida mantido, pois são passados há muitas gerações seus conhecimentos, o conhecimento tradicional advém de herança cultural e atravessa gerações em gerações.

Na Amazônia, os ribeirinhos tentam preservar sua cultura de uso, apesar da desestruturação provocada pelo capital, como ocorreu e ocorre em várias regiões brasileiras. Para isto, encontra no potencial capacidade mobilizadora de seus moradores e sob o apelo dos vínculos familiares habilidade para ressignificar a exploração dos recursos naturais e preservar sua cultura partícula de vida. (BATISTA, 2011, p. 3)

Os povos tradicionais mantêm práticas de manejo orientadas pela conservação de recursos, de acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009), os povos tradicionais da Amazônia possuem uma relação profunda e ancestral com a região onde vivem, baseada em conhecimentos tradicionais e em práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais. Vale destacar a necessidade das políticas públicas específicas para os povos tradicionais, considerando suas particularidades culturais, sociais e territoriais. Para Castro (2009) os povos tradicionais são dotados de um modo de vida singular, baseado em uma relação íntima com a natureza e um profundo respeito aos ciclos naturais. Essa forma de viver se reflete em suas práticas cotidianas, conhecimentos ancestrais e sistemas de organização social, tornando-os diferentes dos demais grupos sociais.

A cultura do povo ribeirinho se torna muito importante, pois são conhecimentos práticos de remédios caseiro, a diversidade de alimentos que conseguem ter pelo recursos naturais, a forma que os ribeirinhos têm sua sobrevivência são com elementos naturais, Santilli (2005), coloca em discussão o manejo dos recursos naturais, os métodos de cultivar



as plantações, pesca e caça, os seus conhecimento sobre técnicas importante para a preservação do ecossistema dentro de suas organizações de categoriza a clássica de espécies de flora e fauna pelo povo tradicional. A produção de algumas matérias, a múltiplas faces de seus conhecimentos populares, direcionado a sua própria organização dos povos ribeirinhos são com crenças “o “mágico, ritual, e enfim, o simbólico” (CASTRO, 2000, p. 167) existindo uma conexão da vida social e econômica do povo tradicional.

A natureza é frequentemente percebida como um "recurso natural" que podemos explorar sem consideração pelos seus limites. De acordo com Martins (2016), essa visão da natureza como uma propriedade do ser humano muitas vezes resulta em um uso indiscriminado, sem consciência de consumo. No entanto, é crucial reconhecer que nossa relação com a natureza deve ser baseada na compreensão de sua importância e na consciência de que somos interdependentes, um exemplo dessa interdependência pode ser observado nos ribeirinhos e sua relação intrínseca com a natureza. Eles moldam seu modo de vida de acordo com os recursos naturais disponíveis para garantir sua sobrevivência. Isso não se limita apenas à subsistência, mas também à construção de uma cultura profundamente enraizada em sua ligação com o ambiente.

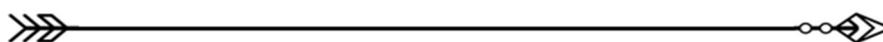
A relação que os povos e comunidades tradicionais mantêm com seus territórios, vivenciando-os como parte integrante da sua cultura, história, memória, tradições, também é manifestada na forma como lidam com o processo produtivo. Há toda uma subordinação da atividade econômica às atividades sociais e culturais. Não podem ser dissociadas (Rocha; Favilla, 2015, p. 62 apud Thum, 2017, p. 168)

Portanto, é evidente que a relação dos ribeirinhos com a natureza é profundamente enraizada na compreensão, respeito e interdependência, destacando a importância de uma abordagem mais consciente e sustentável em nossa relação com o meio ambiente.

## **AMAZÔNIA, UM CENÁRIO DE RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS**

No cenário da Amazônia, o modelo de implementação de políticas públicas e sociais, afetaram diretamente as práticas e a organização social regional. Chaves (2016) aponta os processos de colonização, modernização e crise do capital pela via da implementação de vários ciclos econômicos (drogas do sertão, boom da borracha, desenvolvimentismo, militarização e internacionalização via grandes projetos).

Conforme, Chaves (2016) a exploração das “drogas do sertão” no período colonial em meados 1960, afetou o cenário de paisagem e vida local. Pois, ocorre-se pela busca de implantação da agricultura capitalista com o Marquês de Pombal; a economia da borracha



nos período do recrudescimento e reauecimento da atividade econômica, pela Segunda Guerra Mundial nos EUA (1980) / (1990); e a criação da Zona Franca de Manaus por volta de 1970, introdução de grandes projetos.

Dessa forma, desde a colonização e aplicação das políticas desenvolvimentistas provocaram alterações no *modus vivendi* na realidade amazônica comprometendo a qualidade de vida, e a forma de uso e manejo dos recursos naturais. Pois, a instituição de tais práticas enviesadas guiadas pelas políticas desenvolvimentistas apresentou-se de forma contraditório aliado aos interesses do capital. (CHAVES, 2016).

Os grandes projetos que aconteceram por volta de 1970, detinham-se na exploração exacerbada dos recursos naturais, assim como os moldes de atividade econômicas que preconizavam o território amazônico desde a chegada dos portugueses em meados de 1637, na qual impactou diretamente nos *modus vivendi* e formas de manejo dos povos tradicionais. (CHAVES, 2016). Dessa forma a Amazônia era vista como “vazio demográfico” e que era necessário integrar a área com o restante do país, e interligando com o cenário internacional. Conhecida também como “selvagens e atrasados”, de uma forma negativa junto aos povos tradicionais sendo assim:

As políticas públicas que foram editadas ao longo da história da Amazônia firmaram-se sobre signos e premissas fortemente ideológicos de que as singularidades da região, inscritas na extensão de seu espaço físico, são fruto de um “atraso secular”. Enquanto, as populações locais são vistas como inoperantes, desprovidos de conhecimento técnicos e competência política para gerir suas riquezas naturais existentes, bem como para encontrar alternativas para superar as situações adversas que enfrentam. (Chaves, 2016, p. 40).

Conforme, Chaves Et. al, (2023) nesse sentido as políticas públicas regionais se distanciam do modo de vida do amazônidas por não reconhecerem devidamente suas singularidades e a diversidade de povos, bem como suas formas de manejo e uso dos recursos naturais através do conhecimento tradicional. Chaves et al (2023, p. 35) afirma que:

(...) o ordenamento presente nas políticas públicas regionais apresenta-se com certo distanciamento e dissociação em relação ao modo de vida singular dos amazônidas. Assim, os compromissos e ações institucionais são limitados para patrocinar de maneira efetiva, eficaz e coerente o atendimento às necessidades destes povos, com ações afirmativas da cidadania que lhes garanta e ampliem seu aporte de direitos identitários, humanos e sociais. Ou seja, o perfil das políticas direcionadas para atender aos povos tradicionais, historicamente e de diferentes maneiras, afeta, direta e indiretamente, o *modus vivendi* tradicional.

E, assim à luz da exploração dos recursos naturais, seguindo o traço mercantilista, os desbravadores e colonizadores difundiam estereótipos e preconceitos contra os povos originário e povos tradicionais propalando que no seio das florestas



predominava um “vazio demográfico”. Chaves et. al. (2023, p. 36) indica que na medida em que:

Tal posição denega a expressão, o significado e o valor do aporte cultural das habilidades no enfrentamento das adversidades, que são fruto de experiências e aprendizados puros de historicidade e, portanto, embargam o significado das práticas e saberes que orientam o manejo dos recursos naturais, em seu patamar inventivo que potencializa a coletivização das ações.

Em que pese a relevância destes povos na conservação dos recursos do Bioma Amazônico, contudo, mesmo sendo detentores de conhecimentos sobre os ecossistemas, a lógica que orienta a saga capitalista os identifica em suas práticas como improdutivos, desvalorizando seus saberes. (CHAVES, 2016).

A organização no âmbito comunitário é constituída por um conjunto de relações/intercâmbios a partir dos quais são construídas “diversas relações de produção dos homens entre si e com a natureza e, também, das determinações externas cuja combinação institui um recanto de vida e de trabalho”. (CHAVES, 2001, p.84). Neste contexto ocorre a construção da identidade sociopolítica e cultural dos agentes sociais, dos projetos comuns, mas também das diversas manifestações de correlações de forças. De acordo com esta perspectiva, uma comunidade pode ser considerada tradicional quando se caracteriza por:

1) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, expressos na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transmitidos de geração em geração por via oral;

3) Base territorial ou espaço onde o grupo se reproduz econômica, cultural e socialmente;

4) Reduzida dependência de capital, por não adotarem o modelo capitalista de produção e sim atividades de subsistência;

5) Centralidade da unidade familiar, doméstica ou comunal, bem como das relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais.

Mediante o quadro de dilemas enfrentados na Amazônia e ao contemplar as práticas políticas de diversos agentes institucionais percebe-se que muitas manifestações de resistência têm ocorrido com êxito dentre elas destaca-se:

1. O aumento e fortalecimento das redes de confiança e solidariedade horizontais que estão contribuindo para ampliar o campo de participação junto às instituições tornando-as mais sólidas e democráticas;



2. A afirmação da identidade amazônica;
3. O reconhecimento das lutas dos povos amazônidas, por meio dos movimentos sociais, tem servido como elemento catalisador da democratização das relações sociais;
4. O avanço do movimento ambientalista de defesa da Amazônia por parte de instituições extrarregionais ao redor do mundo fortalece as lutas internas à região em razão do reconhecimento da relevância da sociobiodiversidade;
5. A ampliação dos fóruns de debates na própria região sobre a realidade amazônica.

Esse conjunto de ações guardam princípios que estão sendo defendidos por instituições e movimentos sociais na região e, por certo, compreendem a constituição de um novo modo de pensar (paradigma) o desenvolvimento da sociedade, no qual o respeito ao *modus vivendi* tradicional seja tomado como referência. Em sua abrangência, os conhecimentos tradicionais e as práticas de sustentabilidade historicamente empreendidas representam importantes modalidades de resistência e organização política (associações, cooperativas e grupos), em que a vivência em comunidade e a socialização para o trabalho pautada no valor da família, do grupo doméstico-familiar são elementos centrais da vida na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo ressalta-se que as populações tradicionais na Amazônia estabelecem o manejo dos recursos locais desenvolvendo a gestão dos recursos naturais da fauna e flora, numa perspectiva coletiva e participativa, orientadas por saberes que enraízam suas bases em práticas comunicativas, solidárias e cooperativas. A comunidade tradicional é reconhecida como um *locus territorial* no qual se institui um modelo singular de gestão dos recursos naturais e de organização social, onde os indivíduos constroem sua identidade social resguardando um conjunto de saberes que são transmitidos de geração a geração, mas que se atualizam na dinâmica da história de lutas e resistência na busca pelo reconhecimento de suas identidades socioculturais.

Os grupos sociais na região moldam-se fortemente pela tradição e ao tomar como referência em sua organização a tradição, descortina-se a percepção que contribui para justificar e superar as contradições existentes na sua realidade, na confiança em criar novas



alternativas para si e para seu grupo doméstico familiar. Assim no que se refere à dimensão sociocultural, a cultura e os valores sociais são eixos fundamentais para uma práxis social e política. Deste modo, considera-se a dimensão sociocultural, como elemento analítico-explicativo imprescindível para a análise da organização sociopolítica das comunidades tradicionais. Outrossim, a comunidade neste estudo guarda o caráter de centralidade como paradigma de análise.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Sônia S. Miranda. **Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Diário Oficial da União, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. **Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.** Promulga a Convenção sobre Convenção da Diversidade Biológica, Rio de Janeiro, 05/06/1992. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2519.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm). Acesso em: 11 Out 2023

CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues; ROCHA, Igor de Oliveira; WEIL, Andreza Gomes; SANTOS, Carolina C. Batista. **Sustentabilidade na Amazônia: interações, práticas e aprendizados.** Manaus: EDUA; Alexa Cultural, 2023.

CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia: acesso aos bens e serviços sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas no Amazonas.** Alemanha: Novas Edições acadêmicas, 2016.

CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá.** 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Eduardo Viveiros de Castro. **ComCiência,** Campinas, n. 108, 2009. Disponível em [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542009000400013&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000400013&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 09 nov. 2023.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000, p 165-182

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.; DE ALMEIDA, Mauro W. B. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.



DIEGUES, Antonio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DIEGUES, Antonio C. **Os Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente; São Paulo: Nupaub/USP, 2000.

TEIXEIRA, Alexandre do S. et al. Gestão da Inovação Portuária na Amazônia: proposta de remodelagem de transporte dos ribeirinhos no Rio Madeira. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 3, n. 2, p. 188-204, 2017

LIMA, Deborah de M. Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. In: **Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e Perspectivas Socioambientais**. Ano 3, n. 1, 2004.

LIRA, Talita de M.; CHAVES, M. do P. Socorro R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Revista Interações**. Campo Grande, v. 17, n. 1. 2016,

MAYBURY-LEWIS, David; MACDONALD, Theodoro; MAYBURY-LEWIS, Biorn. **Destinos manifestos e povos indígenas**. 2009.

MARTINS, Thaís P. **As Naturezas de Natura Ekos**: vídeos publicitários constituindo consumidores “sustentáveis”. 2016. 2.10f. Dissertação Mestrado em Educação em Ciências/UFSC, Porto Alegre, 2016

ROCHA, Marcelo Cardona; FAVILLA, kátia Cristina. Doze anos de inserção dos Povos e Comunidades Tradicionais no cenário político do Estado brasileiro e na garantia de direitos individuais e coletivos. In: CERQUEIRA, E. Et. Al. (Orgs.). **Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2015.

RODRIGUES, Débora Cristina B. **Conhecimentos Tradicionais e mecanismo de proteção**: estudo de casonas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM. Manaus: EDUA, 2015.

SANTILLI, Juliana. A biodiversidade de as comunidades tradicionais. In: BESUNSAN, Nurit (org.) **Seria Melhor Ladrilhar?** Biodiversidade como, para que, porquê. Brasília: Editora UNB: Instituto Socioambiental, 2002.

SCHERER, Elenise. **Mosaico Terra-Água**: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil. In: Anais do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão Social no Brasil. Universidade de Coimbra. 2004.

THUM, C. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], p. 162–179, 2017.

